

POLICRISIS: DA CRISE DA ESQUERDA A UM NOVO PROJETO. DISCUTINDO COM MARISTELLA SVAMPA

José Maurício Domingues

DOUTOR EM SOCIOLOGIA PELA LONDON SCHOOL OF ECONOMICS AND POLITICAL SCIENCE

PROFESSOR TITULAR DO INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E POLÍTICOS (IESP-UERJ)

PESQUISADOR ASSOCIADO AO OBSERVATÓRIO INTERDISCIPLINAR DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS (OIMC)

I

Maristella Svampa é uma intelectual argentina, com projeção na América Latina e mais além. Iniciou sua carreira como autora com a publicação de sua tese de doutorado sobre tema tradicional na Argentina, isto é, a célebre oposição entre civilização e barbárie introduzida no século XIX por Domingo Faustino Sarmiento. Daí partiu para discutir a sociedade argentina urbana, dos condomínios de luxo aos “piqueteros” – incluindo um útil livro-síntese sobre seu país. Mais adiante debruçou-se sobre a América Latina e vem se engajando com as questões ambientais e climáticas locais e globais. Seu livro mais recente é *Policrisis. Cómo enfrentar el vaciamiento de las izquierdas y la expansión de las derechas autoritarias* (Siglo XXI, 2025). É ele que vamos discutir aqui.

Na verdade, o livro tem um título apenas parcialmente verdadeiro uma vez que seu tema é antes a questão da mudança climática e um pouco as alternativas de fato no mundo rural ou ribeirinho, menos os projetos de esquerda – ou a falta deles – de maneira mais geral. Trata-se de um trabalho de diagnóstico e propositivo. Apresenta muitas virtudes, a primeira das quais é pôr em discussão o esvaziamento da esquerda – que no caso argentino se define em larga medida como “progressismo” –, de forma destemida, ainda mais em um país em que o peronismo e em especial o kirchnerismo têm tanta força, até mesmo a capacidade de isolar quem dele discorde, o que Svampa vem evitando, em associação com outros intelectuais críticos. O livro evidencia, por outro lado, algumas limitações bastante agudas. Isso se deve a um déficit de teoria social em seu diagnóstico e a um recorte problemático nas soluções que propõe. De todo modo, obriga-nos a pensar, o que não é pouco, num contexto global, latino-americano e, em nosso caso, brasileiro, de esvaziamento do debate e de ideias que realmente sejam transformadoras. Pensemos então com Svampa.

Começemos pela teoria. O conceito que deveria sustentar seu diagnóstico é o de “policrise”, que, desde a pandemia, da direita à esquerda, vem circulando como chave interpretativa para o presente. Svampa a define como uma “crise múltipla” que entrelaça aquecimento global, desigualdades sociais, crise dos cuidados, deslocamento de populações, crise energética, conflitos bélicos, risco nuclear, ameaça de novas pandemias, a possibilidade de que a inteligência artificial se

aplique de forma descontrolada, expansão das forças da “ultradireita” e erosão das democracias, conformando um contexto no qual o que se põe é uma *crise civilizatória* que vai além da “soma dos fatores”. Na verdade, essas dinâmicas se cruzam, potenciando-se e projetando um cenário de maior incerteza e nos levando à beira de uma “tempestade perfeita” (que em seguida fraseia de maneiras ligeiramente distintas – por exemplo, falando de colapso ecológico e, no fim do livro, até da consolidação do patriarcado e do belicismo). Trata-se de adotar uma perspectiva “multiescalar”. Ela se ocupa no livro sobretudo da crise “socioecológica”, do esgotamento dos “imaginários emancipatórios” e da expansão das “extremas direitas”. Em suma, é como se o mundo estivesse realmente na beira do precipício, ainda mais se se leva em conta – embora isso não estivesse elencado como parte da “policrise” – esse esgotamento do “imaginário emancipatório”, que ofereceria soluções, se bem que ela dê centralidade a certas contra-hegemônicas”.

O problema, para começar, é que Svampa não nos apresenta em nenhum momento o que se deveria entender como uma “crise”. Obviamente, isso se complica quando se passa de uma crise a uma “policrise”, na medida em que os elos causais e de retroalimentação entre as diversas crises não são assinalados. Como se sabe, “crise” é termo oriundo da medicina, referindo-se ao estado de agudização de uma doença que antecede à sua resolução, em direção negativa ou positiva para o organismo afetado. É verdade também que Edgar Morin e Anne Brigitte Kern definem, na verdade já vagamente, em seu *Terra-Pátria* (1993), “crise” como o aumento das incertezas, das rupturas da regulação e do aumento das retroalimentações negativas, mas não são capazes, na rapidez de seu argumento, de mostrar quais seriam as interrelações entre as diversas crises na formação do que identificam como “policrise” (uma delas, a do crescimento populacional, tendo já sido falsificada).

Muitos dos estudos sobre a crise contemporânea abraçam objetivos semelhantes ao de Svampa e têm a mesma dificuldade para entender os processos contemporâneos; muitos, aliás, se utilizam do famoso – a essa altura demasiadamente famoso, talvez – dito de Antonio Gramsci sobre os “interregnos”. Isto é, apontam para as fases de instabilidade e o surgimento de monstros no momento em que o velho definha e o novo não logra surgir. Svampa evita essa frase, pode-se supor que por questões de estilo – evitar a repetição desse tropo retórico – ou porque seu diagnóstico seja mais radical quanta à própria crise. Permanece, porém, a dificuldade de apontar os elos causais entre as dimensões da “policrise”. Na verdade, Svampa deflaciona seu conceito ao sugerir que ela se compõe de “múltiplas crises”, o que rouba o conceito de sua possível especificidade. O que resta é uma saída da pandemia em que um retorno do Estado e das agendas nacionais claramente se verifica, sem que haja ocorrido uma mudança mais profunda – seguimos com o *business as usual*.

Antes de tratar do diagnóstico mais substantivo que Svampa esboça da atual conjuntura, vale sugerir desde já uma conceitualização alternativa. Ela retornará ao final deste comentário. Parece-me mais produtivo pensar – como venho propondo em certo número de publicações – que estamos transitando de uma fase da modernidade a outra. A modernidade é uma civilização que inclui em sua constituição o capitalismo, o Estado racional-legal, patriarquia e na prática hierarquias raciais, grande individualização e definição objetificante e muito específica do que seria o mundo material – a “natureza” –, bem como um imaginário em que a “liberdade igualitária” tem lugar de destaque, articulada de diferentes maneiras e impossível de plenamente se realizar em seus quadros institucionais. Esses elementos e a relação entre eles se modulam ao longo do desenvolvimento da modernidade – enquanto tal existente desde fins do século XVIII –, na verdade em suas diversas fases. De uma fase liberal-colonial ela passou a uma seguinte em que a força organizadora era o Estado e então a outra em que o neoliberalismo predominou (com, ao tempo, a expansão de “redes” como mecanismo de coordenação social).

Hoje passamos a uma nova fase. O neoliberalismo se demonstrou incapaz de responder aos problemas econômicos, com a crise de 2008, e à pandemia, ao passo que desde os anos 1970 – ainda que a América Latina fosse em direção contrária, democratizando-se, o que já se reverteu – ocorre uma reoligarquização dos sistemas políticos na Europa e nos Estados Unidos (a “onda” democrática em outras paragens nunca passou disso). O liberalismo global que domina totalmente desde a queda da União Soviética enfrenta impasses enormes também, com a guerra na Ucrânia e o genocídio em Gaza, bem como a guerra civil na República Democrática do Congo (embora estes últimos tenham precedentes recentes terríveis) e a emergência da China. A resposta clara tem sido um retorno massivo do Estado, seja pela política industrial, maior endividamento, tarifas etc., mas igualmente rearmamento. Isso não deve ser visto, contudo, como um fenômeno que restringe a mercantilização de tudo (como o cuidado); todos os problemas e crises sempre se apresentam como oportunidade para o capital. O Estado mesmo hoje, para além do consenso de Washington, cria novos vínculos com o capital financeiro, cuja predominância ao mesmo tempo se reduziu nos últimos anos (exceto no Brasil, com certeza!). Outros fenômenos acompanham essa transição, incluindo a expansão de identidades individuais e coletivas altamente defensivas (por inseguranças e perdas com várias fontes, o “outro” aparece e se torna ainda mais realmente o inferno) e uma epidemia de solidão (que desagua em uma recessão sexual), em particular no hemisfério ocidental, mas mais generalizadamente (por exemplo, no Japão), sem que os problemas sociais e ambientais deixam de interessar as pessoas. O neoliberalismo como tal, se não está morto, passa por mutações profundas, que se farão mais claras quando finalmente completarmos a transição para esta quarta fase da modernidade e um novo padrão se estabelecer. Em paralelo, a reoligarquização e a dominância de políticas sociais focalizadas seguem vigentes em

todo o mundo (inclusive na China cada vez mais autocrática, onde a pobreza diminuiu, mas a desigualdade se expandiu brutalmente).

A pandemia e a mudança climática se colocam assim em larga medida como elementos exógenos aos processos internos de desenvolvimento recente da modernidade, ainda que se deva relativizar a separação entre “sociedade” e “natureza”. Pandemias são recorrentes na história humana (a tese de que aumentaram na modernidade não corresponde aos registros históricos), ao passo que, se uma crise climática vem se gestando desde os inícios do capitalismo (na verdade, há mais tempo, desde a revolução neolítica), sua efetivação é ainda incipiente. Vivemos na verdade uma emergência que ainda não se concretizou de forma plena e não deriva diretamente dos arranjos do que se pode caracterizar, tema a ser discutido adiante, como a terceira fase da modernidade (as “grandes acelerações” correspondem de fato às suas primeira e segunda fases). Evidentemente, a utilização de combustíveis fósseis se acentua conforme crescem as economias e o consumo se expande de forma contínua, globalmente e calcado agora na desigualdade crescente.

O que isso implica será tema para a última parte deste comentário.

II

Em grande medida, *Policrisis* se dedica à questão ambiental e climática. A crise atual nesse sentido implica que romperam-se o ciclo normal da “natureza” e o pacto intergeracional, deixando-se aos jovens um planeta avariado *danado, roto*. Ademais, há uma clara associação entre crise climática e extrativismo. Frente a isso, segundo Svampa uma transição de “regime socioecológico” é inevitável. A questão é como se dará, a favor e em detrimento de quem, com ou sem justiça. No centro dessa transição está a energia – como “bem comunitário” ou nas mãos das grandes corporações e dos estados, agravando a dívida ecológica dos países do Norte global frente aos do Sul global ou revertendo-a. Svampa utiliza-se inclusive de termo que propôs em artigo com Breno Bringel que – na trilha daqueles que se referem ao “consenso de Washington” ou, termo seu, “consenso das commodities” – assinala um “consenso da descarbonização” de cunho capitalista neo-colonial – com uma espécie de “colonialismo verde”. Perpetua-se a reprimarização das economias latino-americanas (e africanas). Novas energias são assim produzidas centralizadamente e para exportação, aprofundando um tipo de neoextrativismo mineral ou com outras matérias primas (hidrogênio verde, madeira de balsa para exploração eólica, etc.). Mas é preciso ter cautela com a

narrativa do “colapso”, adverte-nos Svampa, para que não seja reduzida à distopia ou à catástrofe, pois é possível mudar essa situação mediante a “intervenção coletiva”.

Os Green New Deals se tornam, nessas circunstâncias, no Norte, um marco de confluência discursivo-política. Tem havido investimentos em projetos de transição, mas também em combustíveis fósseis e inclusive em “energias extremas” (*offshore* e *fracking*), como uma “adição” antes que a substituição das novas energias renováveis à matriz tradicional. Uma “narrativa tecnocrática-capitalista” que privilegia a tecnologia como solução predomina, aprofundando desigualdades e a mercantilização da “natureza”. Forçam-se cada mais vez mais as “fronteiras planetárias” e criam-se novas “zonas de sacrifício” na periferia, cintilando no horizonte a geoengenharia, com seus riscos graves e aprofundamento do paradigma “antropocêntrico”, e os mercados de carbono. Excluído está o questionamento do dogma do crescimento econômico, ao passo que elementos do consenso de Washington seriam retomados, ademais descartando-se a governança democrática da crise climática (centrada então nas grandes corporações, nos atores financeiros e em organizações como a Organização das Nações Unidas, a União Europeia e o Banco Mundial). A relação da China com a periferia, por outro lado, é a mesma dos países capitalistas tradicionais, produzindo-se um “neoextrativismo” aprofundado em “chave dependentista”.

Mas Svampa vai além desse diagnóstico sombrio. Primeiro cumpre, todavia, um engajamento com os progressismos latino-americanos, que naufragaram há muito.

Svampa conhece bem a situação latino-americana em geral, mas tende a tingir sua narrativa com elementos da conjuntura argentina, onde o kirchnerismo foi de fato sustentado por uma energia social transformadora e democratizadora (tendo finalmente engolido, intencionalmente, todas as outras forças à esquerda, salvo os resistentes trotskistas). Ao esgotar-se aquele, sofrem as forças de onde esta se origina. A aposta desses progressismos foi na reprimarização e no “neoextrativismo” – com um consenso inclusive entre esquerda e direita de que seria impossível não adotá-lo. Configurou-se uma espécie torta de “novo desenvolvimentismo”, com as esquerdas deste subcontinente como sempre privilegiando a luta entre capital e trabalho em detrimento do reconhecimento da exploração da “natureza” pelo capital. Sem projeto alternativo e esgotado, os progressismos bloqueiam agora a imaginação política. É nesse contexto que surgem as direitas radicais, com sua estratégia de “polarização assimétrica”, “manipulação de emoções” e invalidação do “outro”, com um modelo autocrático de poder, sem, porém, soluções para a “crise múltipla”. Oferecem uma “utopia reacionária” – Javier Milei consistindo no foco da descrição de Svampa.

Enfim, Svampa nos indica as alternativas de longo prazo. A crise “socioecológica” nos leva a relativizar o dualismo entre “natureza” e “sociedade” ou “humano”, dando-se atenção a outras formas de vida e a nossos vínculos cooperativos com elas. Por séculos subestimamos a visão organicista dessas relações, que aparecem nas ideias de Gaia, Gea ou Pachamama. Tem lugar agora um “giro ontológico” e despontam novos “conceitos-horizonte”, tais como Buen Vivir, direitos da natureza, justiça ambiental, bens comuns, ética do cuidado e transição ecossocial justa – com destaque para a agroecologia. Junto ao “giro ecoterritorial das lutas” aponta-se à “relacionalidade como abertura” e a um novo “regime afetivo”, com muito protagonismo feminino nos movimentos sociais. Svampa decide-se então por focalizar as alternativas comunitárias para a transição energética. Elas buscam a desmercantilização, o empoderamento e a qualificação, a descentralização e a satisfação de necessidades locais, com uma visão holística (energia-água-alimentos).

Curiosamente, depois de enfatizar tanto os movimentos locais, Svampa nos apresenta preocupações que nos forçam a ir além deles. Eles se caracterizam por “experiências inovadoras mas também vulneráveis”; requerem de fato “apoio institucional e, sobretudo, um marco normativo”. Mais que isso, argumenta que é preciso conectar essas alternativas em pequena escala a movimentos que proponham transformações “tanto de escala nacional como global”. É aí que se encontram, porém, o problema e os limites do argumento de Svampa. Afora a defesa da democracia, ela enigmaticamente sugere que o crescimento ilimitado não é possível, devido a restrições ecológicas e físicas, e que, portanto, a base do Estado de Bem-Estar já não se apresenta adequada. O Estado agora deveria prevenir antes que reparar danos, ainda que suas políticas devam ser universais e que manter postos de trabalho a partir dele, sobretudo em áreas como a saúde e cuidados, seja um desafio.

III

Tratemos cada um desses problemas. Primeiramente, a democracia. Demagogos de extrema direita insistem em denúncias da “casta” que dominaria como, na Argentina, o sistema político (“populismo” é termo, na forma em que se encontra disseminado hoje, nascido na Argentina, que a rigor quer dizer muito pouco para além de assinalar demagogia e irresponsabilidade, bem como inclinações anti-institucionais). Convocam assim à rebeldia e à mudança total dos grupos políticos dirigentes. Mas é disso que se trata, demagogia – eles rapidamente constituem uma confraria fechada e autorreferida em suas ambições de poder e reprodução, se é que não eram parte daqueles grupos, como Jair Bolsonaro e outros no Brasil o eram. Uma política plebeia tem assim se avultado – seja nas ruas, do “que se vayan todos” também argentino, passando pela Primavera árabe e as

jornadas de 2013 no Brasil, ao “estallido” chileno. Em larga medida se lança contra os ocupantes do sistema político e em parte até mesmo contra ele em si. A ascensão da extrema direita tem sido também expressão disso. Na América Latina – por exemplo fortemente na Argentina, mas também na Bolívia –, sói-se defender uma espécie de plebeianismo que, no entanto, se identifica com figuras de tendências autoritárias e, ao fim e ao cabo, usurpadoras da soberania popular – de Perón aos Kirchner, mas também Evo Morales, para apontar para um caso extremo recente.

A questão, então, não é somente derrotar a extrema direita. Grandes frentes são necessárias, por vezes, e de preferência muita mobilização popular. Svampa está certa quando assinala que é do esvaziamento das esquerdas que surge a força da extrema direita, com seus projetos reacionárias (conquanto falar de “utopia” nesse sentido seja discutível). É preciso, todavia, pensar em uma democratização radical da democracia de modo a garantir que aqueles que subam ao poder de Estado (e também das organizações populares) não desfrutem demasiado de seu poder como os “poucos” e menos ainda o “um” que governam e de fato exercem a soberania ao tomar decisões (não obstante sejam eleitos pelos “muitos”). É preciso criar instâncias várias, possibilitando a participação direta por conselhos, referendos, etc., mas também introduzindo por exemplo tribunais da plebe, que controlem os “poucos” que governam e logo se preocupam com seu próprio poder. E, obviamente, é preciso controlar duramente a corrupção, que corrói gravemente as instituições republicanas e nos é, infelizmente, tão familiar na América Latina (menos no que tange aos pequenos funcionários que aos “grandes” homens e mulheres que se acham no direito de praticá-la, em nome do bem comum, de forma consequencialista, ou, cinicamente, para seu próprio proveito). Por outro lado, se queremos nos ocupar com escalas internacionais e globais, a ONU e seu regime de governança climática é espaço fundamental.

Em segundo lugar, embora Svampa termine *Policrisis* falando do Estado de Bem-Estar e da economia, o livro não enfrenta adequadamente essas questões. Na verdade, ele está salpicado de observações discutíveis sobre “limites planetários” (sem que isso seja nem definido nem argumentado), da necessidade de mudar padrões de consumo e transporte (sem indicar como, embora acertando ao ter como alvo principal o 1% que mais consome, polui e esquenta o planeta), sobre uma nova visão de mundo organicista, que supere a separação entre “natureza” e “sociedade” (sem aprofundar a questão).

Cabe perguntar, porém, se, primeiro, esses “limites” realmente se colocam. Sem dúvida, Svampa não se opõe à tecnologia, embora não aposte nelas para sair da “urgência” climática.

Mas seu argumento sobre limites ecoa o infame *Limites para o crescimento* (1972), embora não abrace, de forma alguma, seu malthusianismo. Hoje está claro que, ao contrário do que diziam os autores daquele documento, a população mundial atingirá em breve seu pico e logo começará a diminuir. Igualmente, o que parecem ser limites para o crescimento hoje, amanhã podem não ser. Aliás, crescer é crucial para realizar a transição energética. A questão é *crescer em que direção?* Nesse sentido, é possível ter grande simpatia pelos empreendimentos e alternativas locais que Svampa descreve, porém é difícil ver como elas podem ser generalizadas para atender a populações enormes, cidades de 5, 10, 15 milhões de habitantes. Observe-se também que se se trata de uma mudança climática que se configura como uma crise ou mesmo emergência, será dentro do capitalismo que suas soluções terão de ser encontradas. Desconhecer isso é uma das debilidades fundamentais do ecossocialismo e também da reflexão de Svampa. Os localismos que ela e outros defendem são insuficientes.

É mesmo impossível defender que os mais pobres e sobretudo aqueles que vivem na periferia e na semiperiferia do capitalismo deveriam renunciar a aumentar seu padrão de consumo. Svampa não argumenta nessa direção, de fato; mas o corolário de seu argumento contra o crescimento não pode ser outro. Nem Serge Latouche, que um pouco inventou a ideia de “decrecimento”, sustenta já esse tipo de posição. É claro que vale mais apostar na saúde, na cultura, no cuidado e na educação. Mas produtos materiais e viagens – ainda que em grande medida abrimdo-se mão de veículos individuais, incluindo-se a proibição à utilização de aviões privados – não devem ser desconsiderados, pois trata-se de aspiração justa e positiva de muitos no mundo, como as classes médias bem o sabem. Enfim, o desenvolvimentismo dos anos 1930-1970 utilizava-se dos recursos da agricultura de exportação para financiar a industrialização de nossos países, conquanto em apenas alguns deles isso tenha realmente tido resultado. Ele é necessário para a construção do próprio Estado de Bem-Estar. O desenvolvimento não é simplesmente um “mito”. Não deve ser reificado nem confundido com crescimento simplesmente, mas é enquanto tal positivo e necessário. Foi disso que abriu mão em boa medida o Novo desenvolvimentismo das últimas décadas. Não é fácil retomá-lo, mas é necessário ao menos em parte fazê-lo, sobretudo com uma aposta em tecnologias avançadas, inclusive, porém não só, aquelas que nos servem à transição energética. Do contrário a distância entre os países centrais e mesmo a China que tenta emergir da semiperiferia (como país de renda média) somente se ampliará frente às periferias e mesmo às semiperiferias desindustrializadas, fragilizando a posição destas últimas na nova geopolítica global.

Não é uma crise civilizatória o que estamos vivendo hoje, a despeito da confusão típica das fases de transição e da ameaça imediata do aquecimento global. Nem se anuncia uma transição

para além do capitalismo, do Estado moderno, de um Antropoceno inevitável. A questão é como vamos viver na modernidade em sua quarta fase, que por ora se mostra como alarmante – destrutiva, desigual e autoritária. Isso não é, contudo, inevitável. Cumpre domesticar – de novo e mais amplamente – o capitalismo, abrindo dentro dele espaços para o cooperativismo e o planejamento democrático, democratizar, desoligarquizar-a, a democracia e buscar um Antropoceno com justiça e direitos, com um forte Estado de Bem-Estar e relações menos violentas e exploradoras com a “natureza”. Há sim lampejos de outras maneiras de pensar e estar no mundo, para além até do conceito ocidental e moderno de “natureza” (entre elas não creio que esteja a antropomorfização do planeta tal qual Lovelock sugeriu na “hipótese Gaia”). Mas estamos muito longe de uma transição civilizatória. Seguimos na modernidade e empurrá-la em uma direção emancipatória é fundamental. Se a crise climática é causada, concretamente, em larga medida pelo capitalismo, esta quarta fase da modernidade, em que ele também desdobra sua quarta fase, pode – apenas pode, tudo depende de lutas e reflexão – produzir respostas menos destrutivas. Nada disso milita contra uma defesa e do apoio às alternativas locais e mais delimitadas de que nos fala Svampa. Elas só podem, em contrapartida, florescer, em uma coalizão mais ampla.

Essa coalizão tem que incorporar as grandes majorias, com seus desejos reais, somando forças distintas, plebeias, populares, das classes trabalhadores assalariadas, setores amplos das classes médias, plataformistas e camponeses, e até empresários e corporações. Ela será heterogênea ou não será. Assim, projetos como os Green New Deals são cruciais e a eles se pode acoplar o apoio a alternativas locais, saiam ou não delas soluções mais gerais, restringindo-se a expansão do “colonialismo verde” e utilizando o que dele permanecer para projetos de desenvolvimento industrial e tecnológico. Não há escolhas fáceis, mas o jogo está por ser jogado. É preciso escolher a estratégia correta.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 2025.